



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento n.º: 0308651-5 20ª Vara Cível de Recife

Agravante: FERNANDO JOSE DE SA PEREIRA GUIMARAES

Agravado: BANCO ITAUCARD S.A.

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. RESTITUIÇÃO DO BEM OBJETO DO CONTRATO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SUSPENSÃO DA COBRANÇA DAS PARCELAS VINCENDAS. POSSIBILIDADE.

1. A regular devolução do bem por manifesta impossibilidade de continuidade do pacto impossibilita a instituição financeira de exigir do arrendatário o adimplemento das parcelas vincendas posteriores à entrega, o que impede a inscrição do seu nome no cadastro de inadimplentes em relação a tais parcelas.
2. Sem a identificação do salvo proveniente da venda extrajudicial do bem é impossível o acertamento de valores, impossibilitando a discussão e o acertamento do suposto débito existente.
3. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Agravo de Instrumento nº 0308651-5, tendo como Agravante FERNANDO JOSE DE SA PEREIRA GUIMARAES e Agravado BANCO ITAUCARD S.A., ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores componentes da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por maioria de votos, em **dar provimento** ao presente recurso em conformidade com o voto do Relator.

Recife, 01 JUL. 2014



Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento n.º: 0308651-5 20ª Vara Cível de Recife

Agravante: FERNANDO JOSE DE SA PEREIRA GUIMARAES

Agravado: BANCO ITAUCARD S.A.

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por FERNANDO JOSE DE SA PEREIRA GUIMARAES em face de decisão interlocutória proferida nos autos da Ação de Rescisão de Contrato de Leasing c/c Revisão de Cláusula Contratual e Pedido de Restituição de VRG, processo nº 0034692-23.2013.8.17.0001, em que o juízo deferiu - *inaudita altera pars* - a tutela antecipatória para determinar que o banco receba o bem arrendado pelo autor/agravante, ao passo que rejeitou o segundo pedido referente ao impedimento do banco agravado em proceder com qualquer tipo de cobrança judicial ou administrativa dos valores vencidos.

Irresignado, o autor manejou o presente Agravo de Instrumento alegando, em síntese, que a devolução do bem objeto do contrato desobriga o arrendatário das parcelas vincendas e, conseqüentemente, de qualquer cobrança, conforme entendimento jurisprudencial majoritário.

Decisão interlocutória proferida pelo Des. Roberto da Silva Maia às fls. 85/86-v concedendo a antecipação da tutela recursal pleiteada para colocar o bem arrendado à disposição da instituição agravada, determinando, portanto, a interrupção da exigibilidade das prestações vincendas.

É o que cumpre relatar. Inclua-se em pauta.

Recife, 3 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento n.º: 0308651-5 20ª Vara Cível de Recife

Agravante: FERNANDO JOSE DE SA PEREIRA GUIMARAES

Agravado: BANCO ITAUCARD S.A.

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.

VOTO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por FERNANDO JOSE DE SA PEREIRA GUIMARAES em face de decisão interlocutória proferida nos autos da Ação de Rescisão de Contrato de Leasing c/c Revisão de Cláusula Contratual e Pedido de Restituição de VRG, processo nº 0034692-23.2013.8.17.0001, em que o juízo deferiu - *inaudita altera pars* - a tutela antecipatória para determinar que o banco receba o bem arrendado pelo autor/agravante, ao passo que rejeitou o segundo pedido referente ao impedimento do banco agravado em proceder com qualquer tipo de cobrança judicial ou administrativa dos valores vencidos.

Irresignado, o autor manejou o presente Agravo de Instrumento alegando, em síntese, que a devolução do bem objeto do contrato desobriga o arrendatário das parcelas vincendas e, conseqüentemente, de qualquer cobrança, conforme entendimento jurisprudencial majoritário.

Decisão interlocutória proferida pelo Des. Roberto da Silva Maia às fls. 85/86-v concedendo a antecipação da tutela recursal pleiteada para colocar o bem arrendado à disposição da instituição agravada, determinando, portanto, a interrupção da exigibilidade das prestações vincendas.

Verifico estarem presentes todos os pressupostos legais de admissibilidade do presente recurso, pelo que passo a analisar o mérito recursal.

Da análise dos presentes autos, percebo ser evidente que a restituição do bem concedida liminarmente estabelece medida útil e favorável ao banco arrendador, já que torna viável proceder com a venda do bem de imediato e obter parte do *quantum* destinado a reparar os demais valores pendentes, juntamente com o montante recebido a título de VRG como compensação, até o limite da dívida.

Assim, com a regular devolução por manifesta impossibilidade de continuação do pacto, não sobrevive razão para que o banco arrendante exija do arrendatário o adimplemento das contraprestações posteriores à entrega. Sendo assim, impedir a inscrição do nome do agravante no cadastro de inadimplentes é medida imprescindível.

Eis os recentes precedentes dos Tribunais Pátrios:

“ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM DEVOLUÇÃO DE VALORES. TUTELA ANTECIPADA. PLEITO DE RESTITUIÇÃO DO BEM À ARRENDATÁRIA, COM A SUSPENSÃO DA COBRANÇA DAS PRESTAÇÕES, VEDAÇÃO DE ANOTAÇÃO EM BANCO DE DADOS DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, ALÉM DE AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DO VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO SEM O PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO. POSSIBILIDADE, DIANTE DA INICIATIVA DO ROMPIMENTO, CABENDO O ACERTAMENTO RESPECTIVO NO CURSO DO PROCESSO. AGRAVO PROVIDO. 1. Estando em curso o contrato de arrendamento mercantil, ainda na fase de simples relação locatícia, nada impede



que o arrendatário, reconhecendo a impossibilidade de continuar o vínculo, adote a iniciativa da restituição do bem à arrendadora, possibilitando que o processo tenha curso apenas para o acerto respectivo. 2. **Impõe-se, portanto, o deferimento da tutela antecipada para determinar que a arrendadora receba o bem em devolução e suspenda a cobrança das prestações vincendas, pois já evidenciada a inviabilidade do seguimento do contrato, restando apenas realizar o acerto.** 3. Inegável é o direito do autor ao processamento conjunto da ação de rescisão cumulada com ação de consignação em pagamento, sendo possível a realização do depósito dos valores que reputa corretos, a respeito do que haverá adequado pronunciamento na sentença."

(TJ-SP - AI: 00324270220138260000 SP 0032427-02.2013.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 12/03/2013, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/03/2013)

"ARRENDAMENTO MERCANTIL LEASING FINANCEIRO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS COM PLEITO CUMULADO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS PAGAS A TÍTULO DE VRG E DE TARIFAS CONTRATUAIS. Sentença de parcial procedência Recursos de ambas as partes Parcial reforma do julgado, apenas no tocante ao critério de devolução do VRG Necessidade Contrato resolvido por inadimplemento do arrendatário, com devolução do bem à empresa arrendadora, sem exercício da opção de compra De rigor a prévia apuração de eventual débito ainda remanescente, a cargo do arrendatário, assim como do valor de venda do veículo a terceiro, a fim de se proceder à devida compensação com o valor adiantado por conta do VRG, cujo saldo será a ele devolvido Aplicabilidade do Recurso Repetitivo n. 1.099.212-RJ, do STJ. Providência a ser efetivada em sede de liquidação de sentença Devolução singela das quantias relativas à TAC, inserção de gravame e tarifa de avaliação de bens. Cabimento Contrato celebrado já na vigência da Resolução CMN n. 3.518/07. Apelo da ré desprovido. Apelo do autor parcialmente provido."

(TJSP; APL 0027587-61.2012.8.26.0071; Ac. 7577979; Bauru; Trigesima Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Marcos Ramos; Julg. 21/05/2014; DJESP 28/05/2014)

"ARRENDAMENTO MERCANTIL. RESILIÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO. FACULDADE DO DEVEDOR. RESTITUIÇÃO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO. POSSIBILIDADE. DESRESPEITO AO PACTA SUNT SERVANDA. NÃO VERIFICAÇÃO. ART. 421 DO CPC. CERCEAMENTO DE DEFESA. DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DEVOLUÇÃO DO VRG CONDICIONADO À PRÉVIA VENDA DO BEM. RESP. 1.099.212/ RJ. PRAZO E VALOR MÍNIMO PARA A VENDA DO BEM. INVIABILIDADE. AMBOS OS RECURSOS DESPROVIDOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. A resilição unilateral do contrato no contrato de arrendamento mercantil ou leasing financeiro é faculdade do autor, com esteio no art. 5º da Lei nº 6099/74 e do art. 7º da resolução n. 2309/96 do BACEN. 2. É garantido ao devedor, no caso de desfazimento do contrato, a restituição do VRG, tendo em vista sua natureza peculiar para qual foi criado, sob pena de enriquecimento ilícito da arrendante. 3. No que diz respeito ao desrespeito ao princípio do pacta sunt servanda, pois constatada a impossibilidade de o arrendatário cumprir com a obrigação assumida em contrato de arrendamento mercantil, mostra-se válida a resilição unilateral do contrato, pois amparado pelo art. 421 do Código Civil. Ainda, nesse mesmo fundamento, refuto a tese de ilegalidade de revisão contratual do contratante pelos mesmos motivos acima explicados e com o reforço do art. 5º, c, da Lei nº 6099/74 c/c art. 7º, inciso V, da resolução n. 2309/96 do BACEN. 4. No que concerne à violação da ampla defesa e contraditório, constatada a desnecessidade de dilação probatória em face das questões de fato e de direito deduzidas, ressalta-se que não há que se falar em cerceamento de defesa, porquanto mostra-se cabível na hipótese a aplicação do art. 330, I, do CPC. 5. **Em alinhamento ao entendimento adotado em sede do julgamento do RESP. 1.099.212/RJ do Superior**



Tribunal de Justiça, a devolução do VRG é condicionado à prévia alienação do bem, com intuito de apurar-se a existência de diferença entre o produto da soma do VRG quitado com o valor da venda do bem. 6. Não se mostra revestido de razoabilidade o pleito para fixação do prazo e valor mínimo para a venda do veículo, pois, dependentes do quadro atual do mercado financeiro, que não segue um parâmetro retilíneo e estável de tendências mercadológicas. 7. Ambos os recursos desprovidos.”
(TJDF; Rec. 2012.10.1.007968-9; Ac. 790.801; Terceira Turma Cível; Rel. Des. Silva Lemos; DJDFTE 26/05/2014; Pág. 145)

Ressalto, por fim, que enquanto não houver a identificação do saldo proveniente da venda extrajudicial do bem, é impossível o acerto de valores, o que impossibilita, pelo menos neste momento processual, a discussão do débito referente à suposto débito para anotação em cadastro de proteção ao crédito.

Neste contexto, entendo ser adequado conferir a tutela pleiteada pelo agravante para colocar o bem arrendado disponível à arrendadora e, assim, determinar a suspensão da cobrança das prestações mensais vincendas em razão da manifesta impossibilidade da continuidade do presente contrato de leasing.

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO** ao presente agravo de instrumento para reformar a decisão guerreada e determinar a suspensão da exigibilidade das prestações vincendas, ficando vedado o apontamento do nome do agravante no cadastro de proteção ao crédito em relação a tais parcelas.

Recife, 01 JUL. 2014


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator